

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL

(2025)

Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC)

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)

abril de 2026

Índice

Índice.....	2
1. Enquadramento e objetivo.....	3
2. Síntese executiva	3
3. Avaliação por área.....	4
3.1. Património	4
3.2. Financeira.....	4
3.3. Académicos	5
3.4. Tecnologias de Informação	7
3.5. Contratação Pública	7
3.6. Stocks e Económico.....	9
3.7. Recursos Humanos	9
ANEXOS.....	11
Tabelas integrais por área	11

1. Enquadramento e objetivo

O presente Relatório de Avaliação Anual reporta ao ano de 2025 e visa documentar o grau de implementação das medidas preventivas previstas na matriz de riscos do PPR da Universidade Aberta no âmbito do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC). O relatório consolida evidências recolhidas junto das áreas operacionais e sintetiza os principais resultados, fragilidades e recomendações para melhoria contínua.

A responsabilidade pela execução das medidas preventivas e pela implementação do PPR, assim como pelo cumprimento dos procedimentos de controlo interno que visam a prevenção de situações de corrupção e infrações conexas, é dos responsáveis dos vários setores e serviços identificados, sob coordenação e supervisão do Responsável Geral pela execução, controlo e revisão do PPR, a quem deverá ser reportada toda e qualquer ocorrência nesse âmbito, em especial a identificação de situações de risco elevado ou máximo, com periodicidade intercalar ou anual – consoante se trate de situações identificadas como de risco elevado ou máximo ou outras – e o grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas para cada setor ou serviço no PPR, com previsão da sua plena implementação.

Foi designado como responsável geral pela execução, controlo e revisão do PPR, o Dr. Pedro Barrias, Administrador da Universidade Aberta, responsável pelo cumprimento normativo, conforme Despacho Reitoral n.º 68/R/2025, de 2 de maio de 2025.

Com o presente relatório dá-se cumprimento a uma das obrigações de controlo da execução do PPR, prevista nos termos do nº 4 do artigo 6.º do RGPC, nomeadamente a que se relaciona com a elaboração, no mês de abril do ano seguinte a que respeita a execução, de Relatório de Avaliação Anual, contendo, nomeadamente, a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

2. Síntese executiva

No ano de 2025 foram avaliadas 180 medidas preventivas. Destas, 151 encontram-se implementadas, 14 parcialmente implementadas e 13 não implementadas.

Tabela 1 — Síntese da implementação por área:

Área	Total de medidas	Implementada	Parcialmente implementada	Não implementada
Académicos	13	6	2	5
Contratação Pública	44	40	4	0
Financeira	20	18	0	1
Património	13	9	4	0
Recursos Humanos	20	14	1	5
Stocks e Economato	16	15	1	0
Tecnologias de Informação	54	49	2	2

3. Avaliação por área

3.1. Património

Medidas com implementação pendente (não implementadas ou parcialmente implementadas):

Procedimento	Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Grau de Risco -	Medida Preventiva
Inventariação de bens móveis	Transferência de bens sem comunicação	Médio	Acesso restrito aos bens em especial nomeadamente os informáticos e equipamentos destinados à investigação; Verificação física dos bens podendo utilizar para o efeito testes de amostragem
	Cedência de equipamento por pessoa ou órgão sem competência	Médio	Medidas de controlo interno, para evitar a apropriação indevida de bens públicos;
	Cedência de equipamento por pessoa ou órgão sem competência	Médio	Utilização indevida de bens públicos, designadamente para fins privados;
	Cedência de equipamento por pessoa ou órgão sem competência	Médio	Verificação física dos bens podendo utilizar para o efeito testes de amostragem

Recomendações e ações propostas para 2026:

Concluir as ações em curso, formalizando procedimentos e registos que permitam demonstrar a plena implementação.

3.2. Financeira

Medidas com implementação pendente (não implementadas ou parcialmente implementadas):

Procedimento	Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Grau de Risco	Medida Preventiva	Estado de implementação
	Faturação por valores incorretos	Médio	Segregação de funções entre quem emite a fatura e quem aprova a fatura.	Não implementada

Recomendações e ações propostas para 2026:

Priorizar a implementação das medidas classificadas como “Não implementada”, com definição de responsável, prazo e evidência documental a produzir.

3.3. Acadêmicos

Medidas com implementação pendente (não implementadas ou parcialmente implementadas):

Procedimento	Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Grau de Risco	Medida Preventiva	Estado de implementação
			Auditorias internas à Divisão de Serviços Acadêmicos no âmbito da emissão de declarações e certidões	Não implementada
			Auditorias internas semestrais à Divisão de Serviços Acadêmicos no âmbito do lançamento de notas e creditações	Não implementada
Atribuição do estatuto de aluno em regime de avaliação especial ou a tempo parcial	Inobservância dos requisitos legais ou regulamentares resultando favorecimento / desfavorecimento de alunos	Fraco	Auditorias internas semestrais no âmbito das quais serão verificados aleatoriamente processos de alunos.	Não implementada
Atendimento	Violação dos princípios da igualdade, proporcionalidade, imparcialidade, justiça, da colaboração com os particulares, designadamente na prestação de informações e esclarecimentos	Elevado	Formação interna de todos os trabalhadores dos Serviços Acadêmicos no âmbito do CPA, legislação e regulamentos aplicáveis à sua atividade, bem como do	Parcialmente implementada

	no âmbito dos processos dos estudantes, do dever de decisão.		Estatuto Disciplinar.	
			Auditorias internas semestrais no âmbito das quais serão verificadas as reclamações no Livro Amarelo, as respostas fornecidas aos estudantes e Ministério da Tutela e verificada a adequação da resolução de cada reclamação.	Não implementada
Pagamento de emolumentos e taxas	Violação dos princípios da legalidade, igualdade, imparcialidade, da justiça	Fraco	Formação interna de todos os trabalhadores dos Serviços Académicos no âmbito do CPA e Taxas e emolumentos aplicáveis à sua atividade, bem como do Estatuto Disciplinar.	Parcialmente implementada
	Corrupção passiva para acto ilícito		Auditorias internas semestrais ao cumprimento das normas relativas à cobrança / dispensa de taxas ou emolumentos.	Não implementada

Recomendações e ações propostas para 2026:

- Priorizar a implementação das medidas classificadas como “Não implementada”, com definição de responsável, prazo e evidência documental a produzir.
- Concluir as ações em curso, formalizando procedimentos e registos que permitam demonstrar a plena implementação.
- Endereçar com carácter prioritário as medidas associadas a risco “Elevado” que se encontrem pendentes.

3.4. Tecnologias de Informação

Medidas com implementação pendente (não implementadas ou parcialmente implementadas):

Procedimento	Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Grau de Risco	Medida Preventiva	Estado de implementação
Segurança Física	Roubo de equipamento informático	Elevado	Existência de câmaras nos corredores	Não implementada
			Filtro do acesso à informação através de tráfego negado	Não implementada
			PT 18-03 - Gestão da continuidade	Parcialmente implementada
			Impossibilidade de instalação de aplicações pelos utilizadores	Parcialmente implementada

Recomendações e ações propostas para 2026:

- Priorizar a implementação das medidas classificadas como “Não implementada”, com definição de responsável, prazo e evidência documental a produzir.
- Concluir as ações em curso, formalizando procedimentos e registos que permitam demonstrar a plena implementação.
- Endereçar com carácter prioritário as medidas associadas a risco “Elevado” que se encontrem pendentes.

3.5. Contratação Pública

Medidas com implementação pendente (não implementadas ou parcialmente implementadas):

Fase	Procedimento	Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Grau de Risco	Medida Preventiva	Estado de implementação
Avaliação das necessidades e planeamento da contratação	Avaliação das necessidades	Inexistência, ou existência deficiente, de um sistema estruturado de avaliação das necessidades	Médio	A Avaliação das necessidades deverá ser feita por cada serviço e planificado	Parcialmente implementada

		de contratação		previamente para cada exercício económico.	
		Favorecimento / Favoritismo face a determinado concorrente	Médio	Criação de mecanismos impeditivos ao fracionamento de despesa, nomeadamente maior exigência de planificação das atividades e com maior antecedência	Parcialmente implementada
				Reduzir o recurso ao ajuste direto, devendo quando ocorra, ser objeto de especial fundamentação e ser fomentada a concorrência através da consulta a mais de um concorrente.	Parcialmente implementada
				Para a escolha de fornecedores deve considerar-se como prática a rotatividade dos mesmos a consultar.	Parcialmente implementada

Recomendações e ações propostas para 2026:

- Concluir as ações em curso, formalizando procedimentos e registos que permitam demonstrar a plena implementação.

3.6. Stocks e Economato

Medidas com implementação pendente (não implementadas ou parcialmente implementadas):

Procedimento	Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Grau de Risco	Medida Preventiva	Estado de implementação
Identificação física	Desvio de material da instituição	Baixo	Arrumação do armazém com identificação física do material através de etiquetagem.	Parcialmente implementada

Recomendações e ações propostas para 2026:

- Concluir as ações em curso, formalizando procedimentos e registos que permitam demonstrar a plena implementação.

3.7. Recursos Humanos

Medidas com implementação pendente (não implementadas ou parcialmente implementadas):

Procedimento	Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Grau de Risco	Medida Preventiva	Estado de implementação
Vencimentos, abonos e descontos e horas extraordinárias	Pagamentos indevidos	Fraco	Verificação de Autorização e justificação de alterações na massa salarial face ao mês anterior.	Não implementada
Acumulações de funções, licença sem vencimento	Considerar indevidamente que se encontram cumpridos os requisitos legais	Fraco	Divulgação dos regimes de incompatibilidade;	Não implementada
			Verificação da declaração de IRS de investigadores em exclusividade e dos	Parcialmente implementada

			requerimentos pedidos de forma periódica e aleatória.	
			Alerta do sistema informático	Não implementada
Avaliação de Desempenho de Docentes	Inobservância dos requisitos legais e regulamentares resultando favorecimento / desfavorecimento		Auditorias internas à aplicação dos subsistemas de avaliação de desempenho.	Não implementada
Pagamento de ajudas de custo	Inobservância dos requisitos legais para a atribuição de ajudas de custo	Médio	Auditorias internas anuais ao processamento de ajudas de custo, verificando-se aleatoriamente processos de docentes / investigadores e restantes trabalhadores, designadamente a existência de documentos justificativos e comprovativos das despesas realizadas	Não implementada

Recomendações e ações propostas para 2026:

- Priorizar a implementação das medidas classificadas como “Não implementada”, com definição de responsável, prazo e evidência documental a produzir.
- Concluir as ações em curso, formalizando procedimentos e registos que permitam demonstrar a plena implementação.

ANEXOS

Tabelas integrais por área¹

¹ Clicar na imagem de clip no campo direito do Acrobat Reader para abrir ficheiro excel associado-